

ARTIGO

<https://doi.org/10.22239/2317-269x.01607>

Novos requisitos técnicos para rotulagem nutricional nos alimentos embalados: *overview* de revisões

New technical requirements for nutrition labeling in packaged foods: *overview* of reviews

Ana Carolina Esteves da Silva Pereira^{1,*} 

Monica Rocha Gonçalves^{II} 

Erica Tatiane da Silva^I 

Flavia Tavares Silva Elias^I 

RESUMO

Introdução: As preferências alimentares pessoais, as decisões de compra e os comportamentos alimentares são moldados pelo preço, *marketing*, disponibilidade e acessibilidade, os quais são influenciados por políticas e regulamentações sanitárias. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou em 2009 uma consulta pública da proposta de Instrução Normativa que estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. No entanto, o percurso pelo qual uma proposta de legislação passa a ser implementada é permeado por diversas possibilidades, estando sujeita a disputas por parte de grupos de interesse, como consumidores e empresas alimentícias. **Objetivo:** Realizar uma comparação entre os novos requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados com a literatura sobre a padronização de rotulagens de alimentos e os efeitos sobre a influência nas escolhas alimentares da população. **Método:** Foi conduzida um *overview* de revisões sistemáticas para realização de um estudo comparativo entre as evidências científicas e os novos requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional propostos pela Anvisa. **Resultados:** Dos 99 estudos identificados, foram incluídas seis revisões sistemáticas, publicadas de 2011 a 2018. As revisões reportaram resultados positivos na apresentação de informações nutricionais nos rótulos dos alimentos, principalmente se tratando de escolhas saudáveis por parte dos consumidores. Baseados nesse desfecho, a regulação da Anvisa segue os padrões de rotulagem internacionais para que assim os consumidores possam ter mais informações, o que favorece a promoção de escolhas alimentares saudáveis. **Conclusões:** As consultas públicas sobre rotulagem nutricional de alimentos estão fundamentadas nas intervenções estudadas e nas evidências atuais, o que assegura confiabilidade para a tomada de decisão do Ministério da Saúde e da Anvisa.

PALAVRAS-CHAVE: Rotulagem de Alimentos; Obesidade; *Overview*

ABSTRACT

Introduction: Personal food preferences, purchasing decisions and eating behaviors are shaped by price, marketing, availability and accessibility, which are influenced by health policies and regulations. The National Health Surveillance Agency in Brazil (Anvisa) published in 2009 a public consultation on the proposal for a Normative Instruction that establishes the technical requirements for declaring nutrition labeling in packaged foods. However, the path through which a legislative proposal is implemented is permeated by several possibilities, being subject to disputes by interest groups, such as consumers and food companies. **Objective:** to carry out a comparison between the new technical requirements for declaring nutrition labeling in packaged foods with the literature on the standardization of food labels and the effects on the influence on the population's food choices. **Method:** An overview of systematic reviews was conducted to carry out a comparative study between the scientific evidence and the new technical requirements for declaring nutrition labeling proposed by Anvisa. **Results:** Of the 99 studies identified, six systematic reviews, published from 2011 to 2018, were included. The reviews reported

^I Programa de Evidências para Políticas e Tecnologias em Saúde, Gerência Regional de Brasília, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasília, DF, Brasil

^{II} Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Brasília, DF, Brasil

* E-mail: anacarina.esteves@gmail.com

Recebido: 13 maio 2020

Aprovado: 13 out 2020



positive results in the presentation of nutritional information on food labels, especially when dealing with healthy choices by consumers. Based on this outcome, Anvisa's regulation follows international labeling standards so that consumers can have more information, which favors the promotion of healthy food choices. **Conclusions:** The Public Consultation on nutritional labeling of foods is based on the interventions studied and on the current evidence, which ensures reliability for decision-making by the Ministry of Health and Anvisa.

KEYWORDS: Food Labeling; Obesity; Overview

INTRODUÇÃO

As preferências alimentares pessoais, as decisões de compra e os comportamentos alimentares são moldados pelo preço, *marketing*, disponibilidade e acessibilidade, os quais são influenciados por políticas e regulamentações sanitárias em nível nacional^{1,2}.

Estudos apontam que o modo de vida das sociedades modernas envolve o consumo cada vez maior de alimentos ultraprocessados, energeticamente densos e ricos em açúcares, gorduras e sal, em detrimento de alimentos *in natura* ou minimamente processados, como frutas, verduras, legumes, cereais, castanhas e nozes, entre outros³. A prevalência da obesidade entre crianças e adultos duplicou em 73 países, entre os anos de 1980 a 2015, conforme os achados de uma ampla pesquisa sobre os efeitos do sobrepeso e obesidade realizada em 195 países⁴. Em 2015, estimou-se que 107,7 milhões de crianças e 603,7 milhões de adultos eram obesos no mundo, sendo a prevalência geral de obesidade de 5,0% entre as crianças e de 12,0% entre os adultos. Um total de 39% das mortes e de 37% dos anos de vida ajustados por incapacidade foram relacionados ao índice de massa corporal (IMC) elevado⁴.

Tal crescimento vem sendo atribuído a diversos processos biopsicossociais, nos quais, além de aspectos relacionados ao indivíduo e a suas escolhas, o ambiente alimentar assume um lugar estratégico na análise do problema e nas propostas de intervenções⁵.

Atualmente, as ações regulatórias que promovem ambientes alimentares mais saudáveis se encontram entre as medidas consideradas eficazes para a proteção da saúde e prevenção da obesidade. Por outro lado, tais resoluções se contrapõem aos interesses do setor privado^{4,6,7}.

No Brasil, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição desde 1999 incluiu ações de promoção da saúde com controle de cantinas em escolas e outras diretrizes regulatórias. Em 2011, tal política trouxe iniciativas para a implementação de alimentação adequada e saudável, com a estratégia de criação de ambientes favoráveis à saúde nos quais indivíduo e comunidades pudessem ser estimulados a exercer um comportamento alimentar e nutricional promotor de saúde^{8,9}.

Ressalta-se, assim, o papel dos governos em assegurar que os ambientes alimentares sejam tão saudáveis quanto possíveis e em encorajar as melhores escolhas alimentares pelos cidadãos, com o propósito de promover a saúde e o bem-estar¹⁰.

Em 2017, durante a 294^a Reunião Ordinária, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprovou três recomendações

relacionadas à agenda regulatória de alimentação e nutrição, para diferentes órgãos da administração federal, com o objetivo de inibir o consumo de alimentos considerados nocivos à saúde da população: i) para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), adotar rotulagem frontal de alimentos; ii) para o Ministério da Fazenda, aumentar a tributação de refrigerantes e bebidas açucaradas; iii) para o Ministério da Educação, elaborar legislação que disponha sobre a distribuição, oferta, comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos, preparações e bebidas ultraprocessadas em escolas públicas e privada¹¹.

Em relação à rotulagem frontal, trata-se de uma estratégia que tem por objetivo levar ao consumidor de forma mais clara a composição e as características do alimento¹². A Anvisa classifica esta estratégia em quatro modelos distintos: i) os interpretativos, que trazem selos, ou um sistema de ranqueamento que indique o quão saudável é o alimento; ii) os semi-interpretativos, que propõe indicar de forma clara as quantidades de açúcares, gorduras saturadas e sódio por meio de alertas semáforo nutricional; iii) o não interpretativo, que traz um conjunto específico de nutrientes de forma não padronizadas; e iv) os modelos híbridos, que são a mescla dos modelos anteriores¹³.

Diante das diferentes formas de apresentação existentes e da necessidade de uniformização de apresentação de rotulagens nutricionais, em 2019, a Anvisa publicou uma consulta pública da proposta de instrução normativa que estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados^{14,15}. Essa nova regulamentação visa padronizar as rotulagens de alimentos com o intuito de fortalecer a promoção da saúde e a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)^{14,15}.

No entanto, o percurso pelo qual uma proposta de legislação passa a ser implementada é longo e permeado por diversas possibilidades, estando sujeito a disputas por parte de grupos de interesse, como consumidores e empresas alimentícias¹⁶.

Esse *overview* teve por objetivo realizar uma comparação entre os novos requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados com o que se tem de informações da literatura sobre a padronização de rotulagens de alimentos e os efeitos sobre a influência nas escolhas alimentares da população.

MÉTODO

Trata-se de um *overview* que priorizou revisões sistemáticas da literatura para a realização de um estudo comparativo entre as



evidências científicas e os novos requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados propostos pela Anvisa.

Foi realizada busca de revisões sistemáticas com ou sem metanálise, que analisassem ações políticas de rotulagem nutricional de alimentos com efeitos sobre a prevenção da obesidade e influência nas escolhas de alimentos.

A pergunta do estudo foi estruturada a partir do anacrônico PICOT^{17,18}, no qual a população geral foi a referência, a intervenção foram as ações e normas de rotulagem, os *outcomes* foram a promoção de alimentação saudável e a influência nas escolhas de alimentos, e o tipo de estudo priorizado foram as revisões sistemáticas ou metanálises.

As primeiras buscas foram realizadas em maio de 2017 e atualizadas em janeiro de 2020. Foram utilizadas cinco bases de dados eletrônicas: repositórios da Biblioteca Virtual em Saúde, Embase, MEDLINE via PubMed, Scopus e *Web of Science*.

Para a estratégia de busca utilizou-se os seguintes termos: “*food labeling*”, “*nutritional status*”, “*product labeling*”, “*obesity*” e “*systematic review*”. Os termos foram adaptados de acordo com as especificidades de cada base e em todas utilizou-se o filtro de revisão sistemática. Para a remoção das duplicatas e para a organização dos estudos identificados, utilizou-se o gerenciador de referências Mendeley¹⁹.

Foram predefinidos critérios de inclusão e exclusão para a busca e seleção dos estudos. Houve inclusão apenas de revisões sistemáticas, com ou sem uma metanálise, que analisaram ações políticas de rotulagem com a finalidade de prevenção da obesidade e/ou a influenciavam na escolha de alimentos. As revisões sistemáticas foram consideradas independentemente da idade e gênero da população estudada. Não houve filtro de ano e idioma.

Os critérios de exclusão foram revisões narrativas da literatura, ensaios acadêmicos, análises de políticas e artigos que abordavam a rotulagem na perspectiva da indústria ou como influência para crianças ou para segurança alimentar. Os textos completos que não preencheram os critérios de inclusão definidos *a priori* foram excluídos.

Foram coletadas as seguintes informações nas revisões identificadas: objetivo, países, número de estudos incluídos, os principais achados e as recomendações dos autores. Utilizou-se a ferramenta *Assessment of Multiple Systematic Reviews II (AMSTAR 2)* para avaliação da qualidade das revisões sistemáticas selecionadas²⁰. O instrumento avalia a qualidade por meio da adequação dos métodos usados na revisão²⁰. Ao total são 16 requisitos que podem ser respondidos com “sim”, “parcialmente sim” ou “não” e avaliam: i) elaboração da pergunta estruturada; ii) construção prévia de um protocolo de pesquisa; iii) seleção dos desenhos de estudo para inclusão na revisão; iv) busca abrangente na literatura; v) seleção dos estudos por pares; vi) extração de dados por pares; vii) justificativa de exclusões e lista dos estudos excluídos; viii) descrição detalhada dos estudos incluídos; ix) avaliação do risco de viés; x) declaração de fontes de financiamento; xi)

métodos apropriados para combinação estatística; xii) impacto do risco de viés da metanálise; xiii) risco de viés ao interpretar e discutir os resultados; xiv) explicação sobre heterogeneidade dos estudos; xv) viés de publicação; xvi) declaração de conflito de interesse²⁰.

A análise teve como foco a descrição narrativa dos padrões de rotulagem apresentados nas revisões selecionadas e os efeitos relatados pelos autores, comparando-os com os requisitos técnicos descritos na Consulta Pública nº 707, de 13 de setembro de 2019¹⁴, e na Consulta Pública nº 708, de 13 de setembro de 2019¹⁵, disponíveis no site eletrônico da Anvisa.

RESULTADOS

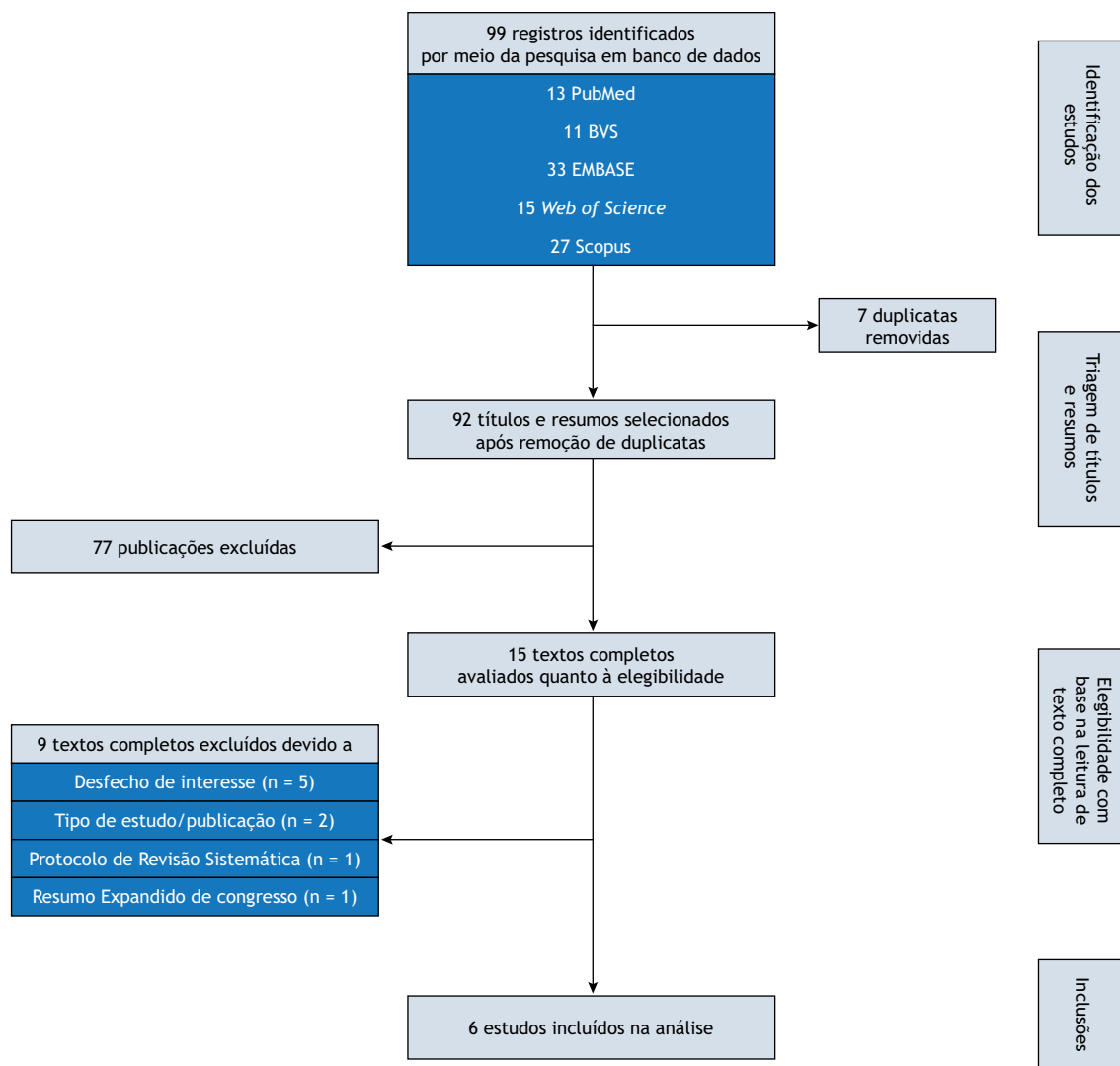
Revisão da literatura

Foi selecionado um total de 99 estudos nas cinco bases de dados utilizadas e, a partir da retirada das pesquisas repetidas, foram selecionados 92 estudos. Após a leitura dos títulos e resumos, 15 foram selecionados para a leitura dos textos completos com base nos critérios de inclusão e exclusão predefinidos. Destes, cinco não traziam os desfechos de interesse, dois não eram revisões sistemáticas, uma era protocolo e um era resumo expandido de congresso. Ao final foi incluído um total de seis revisões sistemáticas (Figura).

No Quadro 1, encontram-se as principais características dos estudos incluídos. As revisões sistemáticas selecionadas foram publicadas entre 2011 e 2018, com o predomínio de estudos incluídos em países de alta renda. Dois estudos foram avaliados com qualidade moderada^{21,22} e quatro com qualidade baixa^{23,24,25,26} de acordo com os critérios da ferramenta AMSTAR 2.

Uma das revisões mostrou que a temática da rotulagem está em pleno vigor em países de alta renda, com dois dos três artigos publicados nos últimos cinco anos²¹. Sebastián-Ponce et al.²³ evidenciaram o efeito positivo da rotulagem de alimentos no consumo final. Também ressaltaram o efeito a longo prazo das intervenções estudadas, sendo importantes o acompanhamento e o monitoramento dessas intervenções. Interessante notar a variedade de locais investigados nos estudos, tais como: colégio, universidade, serviço de alimentação militar, cafeterias, *fast foods* e escolas²³.

A revisão de Huang et al.²¹ apontou o impacto limitado de um código voluntário de rotulagem de alimentos, lançado em 2007 na China, que incentivava os fabricantes a exibir informações sobre o conteúdo nutricional e as propriedades do alimento, usando uma declaração nutricional padrão. Apesar da notificação de alguns nutrientes ter aumentado, o código demonstrou ter capacidade limitada de mudar as práticas das indústrias de alimentos e bebidas. Os autores destacaram, entretanto, que provavelmente o cumprimento generalizado seja alcançado somente com a implementação de um processo de execução com sanções significativas para o seu não cumprimento. Além disso, sugeriram que um sistema de rotulagem de alimentos interpretativo, na parte frontal da embalagem, oferece um suporte melhor



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Figura. Fluxograma de busca, seleção e inclusão de estudos para análise.

aos consumidores, sendo um fator importante a ser considerado pelos reguladores na China²¹.

A revisão sistemática de Bucher et al.²² identificou nos estudos incluídos que a forma de apresentação e terminologias utilizadas nos rótulos de produtos embalados não são atrativas e, muitas vezes, dificultam a interpretação dos consumidores, seja pelo tamanho da letra ou por falta de informação das proporções.

O estudo elaborado por Freudenberg et al.²⁶ realizou um levantamento da literatura nos Estados Unidos da América (EUA) sobre as políticas relacionadas a alimentos para prevenir a obesidade e o diabetes entre adultos. Foi encontrado que a formulação de políticas e a melhoria do rigor das normas de rotulagens tendem a trazer melhores resultados na prevenção da obesidade, uma vez que podem influenciar os consumidores a reduzir o consumo de produtos energéticos com poucos nutrientes²⁶.

Bucher et al.²², Sisnowski, Street e Merlin²⁴ e Cecchini e Warin²⁵ tiveram resultados positivos e enfatizaram que as informações nutricionais contidas nos rótulos podem influenciar o consumo de alimentos mais saudáveis, entretanto, destacaram que os estudos nessa temática ainda são escassos para afirmar com exatidão. Por outro lado, o estudo de Sisnowski, Street e Merlin²⁴ identificou que as informações contidas nos rótulos podem possuir divergências com os reais valores nutricionais dos produtos.

Consulta Pública da Anvisa

A fim de padronizar a forma de apresentação de informações nutricionais em produtos embalados, a Anvisa lançou as Consultas Públicas nº 707/2019, e a nº 708/2019, sobre a nova normativa para rotulagem nutricional^{14,15}. A consulta pública da Anvisa aplica-se aos alimentos embalados na ausência dos consumidores, incluindo as bebidas, os ingredientes, os aditivos



Quadro 1. Características das revisões sistemáticas incluídas no estudo.

Autor	Objetivo do estudo	País dos estudos incluídos	Nº de estudos da RS	Principais achados	Recomendações	AMSTAR 2
Sebastián-Ponce et al. ²³	Conhecer como se tem atuado mediante a rotulagem na prevenção da obesidade.	13 EUA 1 Países Baixos	14	A rotulagem apresentou efeito positivo sobre o consumo final do alimento, não sendo observado o mesmo em restaurantes de <i>fast food</i> . Os atributos sensoriais foram mais eficazes do que as recomendações do rótulo. O acompanhamento do processo confirmou o impacto a longo prazo das intervenções estudadas.	Não foram feitas.	Baixa
Huang et al. ²¹	Quantificar a prevalência de rótulos de nutrição e a completude das declarações de nutrientes em alimentos pré-embalados na China e explorar o impacto do código de 2007.	China	15	A maioria dos alimentos pré-embalados apresentava um rótulo nutricional não compatível com os padrões atuais de rotulagem nutricional chinesa. O código voluntário lançado em 2007 teve um impacto limitado na rotulagem nutricional.	Sugere-se que as pesquisas em série permitirão que o governo acompanhe o sucesso contínuo do programa de rotulagem, além de contribuir para que haja informação nutricional para fazer escolhas alimentares mais saudáveis na próxima década.	Moderada
Sisnowski, Street e Merlin ²⁴	Investigar o efeito de políticas do “mundo real” visando diferentes aspectos do ambiente alimentar que moldam a nutrição individual e coletiva.	1 Austrália	36 (apenas 1 abordou rotulagem)	Apenas 7% das 350 amostras de produtos correspondiam às informações nutricionais exatas fornecidas no rótulo em um teste de laboratório. No entanto, à medida que as abordagens de rotulagem interpretativa são cada vez mais consideradas, eles levantam as questões: em que medida a rotulagem nutricional pode ser aplicada além da adesão às regras de <i>design</i> e apresentação e o que constitui uma margem aceitável para as informações do consumidor.	Não foram feitas.	Baixa
Cecchini e Warin ²⁵	Avaliar a eficácia dos esquemas de rotulagem de alimentos, aumentando a seleção de produtos mais saudáveis e reduzindo a ingestão/escolha de calorias. O objetivo secundário é determinar se o formato dos rótulos dos alimentos influencia as escolhas e o consumo.	2 Reino Unido 2 EUA 2 Austrália 1 Canadá 1 França 1 Alemanha	9	A rotulagem de alimentos pode desempenhar um papel significativo na facilitação dos consumidores para selecionar produtos alimentares mais saudáveis. Os esquemas de rotulagem de alimentos teriam um efeito estatisticamente significativo na orientação da escolha dos consumidores em relação a produtos mais saudáveis. Rótulos nutricionais interpretativos, como esquemas de semáforos, podem ser mais eficazes do que outras abordagens. Os rótulos dos alimentos também podem ajudar os consumidores a escolher/consumir alimentos com menor teor calórico, mas as evidências disponíveis são atualmente muito limitadas para produzir resultados estatisticamente significativos.	Não foram feitas.	Baixa
Bucher et al. ²²	Investigar como a informação das embalagens de alimentos influencia no consumo de alimentos.	3 EUA 1 Austrália	5	Há discordância relacionada ao uso inconsistente da terminologia nos rótulos, o que reforça a necessidade de fornecer informações sobre o tamanho da porção que possam ser interpretadas de acordo com as diretrizes alimentares. No entanto, alguns formatos de rotulagem descritos nos estudos incluídos na revisão sugerem que há a possibilidade de influenciar positivamente o consumo de alimentos e bebidas pelos consumidores. Os rótulos de coluna dupla do verso da embalagem, que fornecem informações nutricionais por porção e por embalagem, podem resultar em menor consumo de alimentos discricionários, além de aumentar o número relatado de porções por embalagem.	Não foram feitas.	Moderada
Freudenberg et al. ²⁶	Sumarizar a literatura sobre esforços recentes nos Estados Unidos para alterar políticas relacionadas a alimentos para evitar obesidade e diabetes entre adultos.	27 EUA	27	Todos os estudos incluídos que avaliaram a rotulagem de alimentos embalados tiveram resultados positivos.	Não foram feitas.	Baixa

RS: revisão sistemática; EUA: Estados Unidos da América.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.



alimentares e os coadjuvantes de tecnologia, inclusive aqueles destinados exclusivamente ao processamento industrial ou aos serviços de alimentação^{14,15}.

Estão fora do escopo das consultas públicas: as bebidas alcoólicas, as especiarias, as águas minerais naturais e as demais águas envasadas para consumo humano, além de vinagres, sal, café, erva mate, chá e outras ervas sem adição de outros ingredientes. Também não estão sob o escopo da rotulagem nutricional os alimentos preparados e embalados em restaurantes e estabelecimentos comerciais, como: sobremesas, mousse, pudim e salada de frutas. A lista inclui produtos fracionados nos pontos de venda a varejo como: queijos, salame, presunto, além de frutas, vegetais e carnes *in natura*, refrigerados e congelados. No entanto, a agência reporta que as exceções serão discutidas no processo regulatório que está em curso^{14,15}.

Dentre as determinações da resolução está a obrigatoriedade da tabela de informação nutricional nos rótulos dos alimentos embalados. Também passa a ser obrigatória a rotulagem nutricional frontal nos alimentos cuja quantidade de açúcares adicionados, gorduras saturadas ou sódio seja igual ou superior aos limites predefinidos^{14,15}.

Consulta Pública da Anvisa e comparação com os achados da literatura

As principais características apresentadas nas revisões sistemáticas foram relacionadas com os elementos de rotulagem descritos na consulta pública da Anvisa (Quadro 2).

Em comparação aos requisitos previstos na consulta pública de rotulagem, a maioria dos estudos incluídos encontraram resultados positivos nas diretrizes de rotulagens de alimentos, principalmente se tratando de escolhas saudáveis por parte dos consumidores^{21,22,24,26}. Apenas um estudo listou as informações nutricionais obrigatórias²¹.

As rotulagens frontais e/ou de fácil visualização foram abordadas por quatro^{21,23,25} dos seis estudos incluídos. Em três destes estudos foi destacada a importância da identificação de determinados componentes, como açúcares e gorduras *trans* e saturadas, uma vez que essas informações em destaque podem auxiliar na escolha do consumo do alimento. Além disso, um dos estudos não encontrou relação entre a rotulagem e o consumo de alimentos²².

Quanto à forma de apresentação da tabela nutricional, foi investigada por apenas um estudo²³, o qual destacou que os componentes da tabela nutricional devem ser explicitados de modo claro e legível. Isto é importante não só para influenciar na escolha alimentar, como também para alcançar todos os tipos de consumidores²⁷.

DISCUSSÃO

A escassez de informações sobre as ações direcionadas à rotulagem de alimentos reforça que se trata de um campo em expansão para a formulação de políticas. A maioria dos estudos são oriundos de países de alta renda, com apenas duas publicações brasileiras incluídas nas revisões selecionadas neste estudo^{23,28}.

Quadro 2. Consulta pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e informações encontradas na literatura.

Consulta pública Anvisa	Sebastián-Ponce et al. ²³	Huang et al. ²¹	Sisnowski, Street e Merlin ²⁴	Cecchini e Warin ²⁵	Bucher et al. ²²	Freudenberg et al. ²⁶
Principais informações nutricionais obrigatórias	NR	<ul style="list-style-type: none"> • Valor; • Energético; • Proteína; • Gordura; • Carboidrato; • Sódio. 	Para além de listar as informações nutricionais, são importantes testes laboratoriais e fiscalização para verificação dos valores dispostos nas embalagens.	NR	O autor explora a importância de valores energéticos serem descritos. Resultados dos estudos incluídos sugerem que quando descritos influenciam no consumo.	A descrição detalhada da composição nutricional dos alimentos ajuda na escolha de opções mais saudáveis.
Rotulagem frontal e de fácil visualização dos itens obrigatórios	Obrigatório em alimentos embalados que possuem alto teor de açúcares adicionados, gorduras saturadas e/ou sódio. A rotulagem frontal deve conter letras em tamanho superior àqueles usados na tabela nutricional.	Destaca que as rotulagens de fácil visualização são importantes para o consumidor tomar decisões na hora da compra.	As evidências destacam a importância da identificação da quantidade de gordura saturada, de gordura <i>trans</i> e açúcares na rotulagem.	NR	Autores reportam que a rotulagem frontal facilita a interpretação e auxilia os consumidores na escolha de alimentos.	NR
Forma de apresentação da tabela nutricional	Tabelas legíveis em locais de fácil visualização; letras pretas e fundo branco; estar localizada em uma única superfície.	Apresentação legível e de fácil entendimento é importante para atingir todos os tipos de consumidores.	NR	NR	NR	NR

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.
NR: não reportado.



Os resultados encontrados nas revisões mostraram que a proposta da Anvisa segue padrões de rotulagem internacionais, para que consumidores estejam mais atentos nas escolhas alimentares saudáveis.

Dentre as barreiras apontadas nas revisões para a implementação das rotulagens nutricionais encontram-se a confiabilidade nas informações constantes do rótulo³¹ e a necessidade de investimento na capacidade de monitoramento governamental²³.

Uma das revisões sobre rotulagem apontou um estudo brasileiro que mostra a falta de confiabilidade nas informações de rótulos de alimentos dirigidos a crianças e adolescentes. Reconhece-se que as tentativas para alcançar um “consumidor informado”, que faça escolhas mais saudáveis, não tiveram sucesso demonstrável e, por isso, no intuito de auxiliar o consumidor, foi criado o Grupo de Trabalho de Obesidade (*Obesity Weight Group*), endossado pela Associação Internacional para o Estudo da Obesidade (*International Association for the Study of Obesity*), que investiga o comportamento do consumidor e a busca de novas abordagens para promover alternativas saudáveis²³.

Segundo as revisões, sugere-se um sistema de rotulagem de alimentos interpretativo frontal, para orientar melhor as escolhas dos consumidores²¹. A rotulagem frontal, no entanto, vem sendo adotada com abordagens diferentes pelos países. Selos com polígonos pretos de advertência foram implementados no Chile com relativo sucesso e, posteriormente, no Uruguai e Peru^{1,29}. No Brasil, observa-se o uso recorrente dos modelos de rotulagem nutricional semi-interpretativos como semáforos e alertas, contudo, a Anvisa está em processo de análise das contribuições das Consultas Públicas nº 707/2019 e nº 708/2019 e os subsídios técnicos provenientes destas deverão decidir as mudanças necessárias^{30,31,32}.

De acordo com as análises do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)¹⁷, recomenda-se o uso de uma rotulagem frontal simples e consistente com critérios claros de regulação de todos os componentes da embalagem. Segundo esse órgão, a rotulagem deve ser desenvolvida e baseada em evidências científicas sem conflitos de interesses, acompanhado por campanha educativa que garanta sua sustentabilidade¹⁷.

A Organização Mundial da Saúde ressalta que, para proteger a implementação das políticas de saúde pública para a prevenção

e controle das DCNT contra a interferência de conflitos de interesses, são necessárias uma legislação abrangente e a aplicação de leis e regulamentações nacionais³³. Como o Guia Alimentar para a População Brasileira aponta, muitas vezes, a remoção dos obstáculos para uma alimentação adequada e saudável exigirá políticas públicas e ações regulatórias de Estado que tornem o ambiente mais propício para a adoção das recomendações³⁴. Este conhecimento, portanto, se mostra de grande importância para apoiar e direcionar o processo de decisão das políticas de enfrentamento da obesidade no país.

Esse trabalho possui limitações metodológicas, tais como: a escassez de revisão sistemática sobre os efeitos das ações políticas de rotulagem de alimentos e a qualidade limitada dos estudos identificados segundo critérios estabelecidos pela ferramenta AMSTAR 2. Iniciativas nessa área, muitas vezes, encontram-se reportadas em relatórios de organizações internacionais e, possivelmente, buscas por documentos não difundidos comercialmente, trabalhos não controlados por editores científicos - como anais de congresso, teses e dissertações - e a identificação de bases de dados eletrônicas que concentrem pesquisas de políticas informadas por evidências, poderiam permitir a identificação de outros estudos.

CONCLUSÕES

Os resultados mostram que as consultas públicas sobre rotulagem de alimentos estão fundamentadas em evidências disponíveis, o que assegura confiança na tomada de decisão sobre as intervenções estudadas e as evidências atuais.

Propõe-se monitoramento para aprofundar os efeitos de longo prazo nas mudanças de rotulagem de alimentos sobre padrões de obesidade e promoção de escolhas saudáveis sobre o comportamento da população brasileira. Tal acompanhamento poderia ser realizado junto com a estratégia do Ministério da Saúde para doenças crônicas, como as abordagens da vigilância de fatores de risco e proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel)³⁵.

O envolvimento da sociedade civil e do setor regulador pode apoiar no monitoramento dos impactos das consultas públicas para o enfrentamento dos problemas relativos à alimentação e à nutrição direcionadas ao ambiente alimentar.

REFERÊNCIAS

1. Pan American Health Organization - PAHO. Plano de ação para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. Washington: Pan American Health Organization; 2014[acesso 24 jan 2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/images/stories/UTFGCV/planofactionchildobesity-por.pdf?ua=1>
2. World Health Assembly - WHA. Estratégia global em alimentação saudável, atividade física e saúde. Geneva: World Health Organization; 2004.
3. Ministério da Saúde (BR). Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014[acesso 24 jan 2020]. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs
4. The Global Burden Disease 2015 Obesity Collaborators. Health effects of overweight and obesity in 195 countries over 25 years. *N Engl J Med.* 2017;377(1):13-27. <https://doi.org/10.1056/NEJMoa1614362>
5. Dias PC, Henriques P, Anjos LA, Burlandy L. Obesity and public policies: the brazilian government's definitions and strategies. *Cad Saúde Pública.* 2017;33(7):1-12. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00006016>



6. Legetic B, Cecchini M, editoras. Applying modeling to improve health and economic policy decisions in the Americas: the case of noncommunicable diseases. Washington: Pan American Health Organization; 2015[acesso 24 jan 2020]. Available from: www.paho.org
7. Pan American Health Organization - PAHO. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis nas Américas: Considerações sobre o fortalecimento da capacidade regulatória: documento de referência técnica regula. Washington: Pan American Health Organization; 2016[acesso 24 jan 2020]. Available from: www.paho.org/publications/copyright-forms
8. Ministério da Saúde (BR). Política nacional de alimentação e nutrição (PNAN). Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
9. Fundação Cargill. Política nacional de alimentação e nutrição (PNAN). Alimentação em Foco. 2011[acesso 24 jan 2020]. Disponível em: <https://alimentacaoemfoco.org.br/projects/politica-nacional-de-alimentacao-e-nutricao-pan/>
10. Ng M, Fleming T, Robinson M, Thomson B, Graetz N, Margono C et al. Global, regional, and national prevalence of overweight and obesity in children and adults during 1980-2013: a systematic analysis for the global burden of disease study 2013. *Lancet*. 2014;384(9945):766-81. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)60460-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)60460-8)
11. Castro IRR. Obesidade: urge fazer avançar políticas públicas para sua prevenção e controle. *Cad Saúde Pública*. 2017;33(7):1-3. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00100017>
12. Lima DAGM, Cristianini M. Do combate ao desperdício à nova rotulagem nutricional. *Agroanalysis*. jul 2016.
13. Silva TBC, Ribeiro AQ, Santos CA, Almeida PHRF. Modelos de rotulagem nutricional frontal de alto conteúdo de nutrientes críticos comparado a outros modelos de rotulagem frontal nutricional: uma revisão sistemática. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; 2019.
14. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Consulta pública N° 707, de 13 de setembro de 2019. Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de resolução da diretoria colegiada que dispõe sobre a rotulagem nutricional dos alimentos embalados. *Diário Oficial União*. 14 set 2019.
15. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Consulta pública N° 708, de 13 de setembro de 2019. Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de instrução normativa que estabelece os requisitos técnicos para declaração da rotulagem nutricional nos alimentos embalados. *Diário Oficial União*. 14 set 2019.
16. Haully LC. Publicidade infantil: um polêmico projeto. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações; 2009.
17. Santos CMDC, Pimenta CADM, Nobre MRC. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. *Rev Latino Am Enfermagem*. 2007;15(3):508-11. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>
18. Camargo EB, Pereira ACES, Gliardi JM, Pereira DR, Puga ME, Silva ET et al. Judicialização da saúde: onde encontrar respostas e como buscar evidências para melhor instruir processos. *Cad Ibero-Amer Dir Sanit*. 2017;6(4):27-40. <https://doi.org/10.17566/ciads.v6i4.410>
19. Elsevier. Mendeley database. Amsterdam: Elsevier; 2019[acesso 5 maio 2020]. Disponível em: <https://www.mendeley.com/>
20. Shea BJ, Reeves BC, Wells G, Thuku M, Hamel C, Moran J et al. Amstar 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. *BMJ*. 2007;358:1-9. <https://doi.org/10.1136/bmj.j4008>
21. Huang L, Li N, Barzi F, Ma G, Trevena H, Dunford E et al. A systematic review of the prevalence of nutrition labels and completeness of nutrient declarations on pre-packaged foods in China. *J Public Health*. 2015;37(4):649-58. <https://doi.org/10.1093/pubmed/fdu091>
22. Bucher T, Murawski B, Duncanson K, Labbe D, Horst K. The effect of the labelled serving size on consumption: a systematic review. *Appetite*. 2018;128:50-7. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2018.05.137>
23. Sebastián-Ponce MI, Sanz-Valero J, Wanden-Berghe C. Etiquetado y rotulación de los alimentos en la prevención del sobrepeso y la obesidad: una revisión sistemática. *Cad Saúde Pública*. 2011;27(11):2083-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001100002>
24. Sinsnowski J, Street JM, Merlin T. Improving food environments and tackling obesity: a realist systematic review of the policy success of regulatory interventions targeting population nutrition. *PLoS One*. 2017;12(8):1-16. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0182581>
25. Cecchini M, Warin L. Impact of food labelling systems on food choices and eating behaviours: a systematic review and meta-analysis of randomized studies. *Obes Rev*. 2016;17(3):201-10. <https://doi.org/10.1111/obr.12364>
26. Freudenberg N, Franzosa E, Sohler N, Li R, Devlin H, Albu J. The state of evaluation research on food policies to reduce obesity and diabetes among adults in the United States, 2000-2011. *Prev Chronic Dis*. 2015;12:1-12. <https://doi.org/10.5888/pcd12.150237>
27. Souza SMFC, Lima KC, Alves MSCF. Promoting public health through nutrition labeling: a study in Brazil. *Arch Public Heal*. 2016;74(1):1-6. <https://doi.org/10.1186/s13690-016-0160-x>
28. Thow AM, Downs S, Jan S. A systematic review of the effectiveness of food taxes and subsidies to improve diets: understanding the recent evidence. *Nutr Rev*. 2014;72(9):551-65. <https://doi.org/10.1111/nure.12123>
29. United Nations Children's Fund Latin America and Caribbean Regional Office - Unicef Latin America and Caribbean. Análisis de regulaciones y prácticas para el etiquetado de alimentos y bebidas. Ciudad de Panamá: United Nations Children's Fund Latin America and Caribbean Regional Office; 2016[acesso 24 jan 2020]. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/informes/análisis-de-regulaciones-y-prácticas-para-el-etiquetado-de-alimentos-y-bebidas>



30. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Ficha de planejamento e acompanhamento de temas da AR2017-2020. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2020.
31. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Prorrogadas consultas sobre rotulagem de alimentos. Portal Anvisa. 6 nov 2019[acesso 5 maio 2020]. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/abertas-consultas-publicas-sobre-rotulagem-de-alimentos/219201?p_p_auth=8aEX4FZ8&iNheritRedirect=false&redirect=http%253A%252F%252Fportal.anvisa.gov.br%252Fnoticias%253Fp_p_auth%253D8aEX4FZ8%25
32. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Apresentação do relatório preliminar de análise de impacto regulatório sobre rotulagem nutricional e proposta de tomada pública de subsídios sobre o tema. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; 2017.
33. World Health Organization - WHO. Noncommunicable diseases country profiles 2018. Geneva: World Health Organization; 2018.
34. Butland B, Jebb S, Kopelman P, Mcpherson K. Tackling obesities: future choices-project report. 2a ed. London: Government Office for Science; 2007[acesso 28 jan 2020]. Disponível em: www.foresight.gov.uk
35. Ministério da Saúde (BR). Vigitel: o que é, como funciona, quando utilizar e resultados. Brasília: Ministério da Saúde; 2019[acesso 5 maio 2020]. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/vigitel>

Agradecimentos

O estudo teve apoio do projeto cooperação “Ações para apoio à governança regulatória de produtos sujeitos à vigilância sanitária”.

Contribuições dos Autores

Pereira ACES, Elias FTS - Concepção, planejamento (desenho do estudo), aquisição, interpretação dos dados e redação do trabalho. Gonçalves MR, Pereira ACPS - Aquisição, interpretação dos dados e redação do trabalho. Todos os autores aprovaram a versão final do trabalho.

Conflito de Interesse

Os autores informam não haver qualquer potencial conflito de interesse com pares e instituições, políticos ou financeiros deste estudo.



Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Visa em Debate. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.